



CONSELHO ESTADUAL DE SANEAMENTO - CONESAN

ATA DA 10ª REUNIÃO DO CONESAN

1 Aos dezessete dias do mês de abril de 2013, às quatorze horas , realizou-se a décima reunião
2 ordinária do Conselho Estadual de Saneamento na sala de reuniões da Secretaria de Habitação
3 e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Avenida Borges de Medeiros, nº
4 1501 – 14º andar, na cidade de Porto Alegre, com a presença dos seguintes conselheiros: Sr.
5 Marcel Martins Frison, Presidente do Conselho, Sr. Silvio Paulo Klein, representante do Fórum
6 de Comitês de Bacias Hidrográficas, Sr. Tiago Silva de Oliveira, representante do Secretário de
7 Estado das Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, Sr. Eduardo Barbosa Carvalho,
8 representando a ABES, Sr. Clóvis Galery representando o Secretário de Estado da Saúde, Sr.
9 Gustavo Mello, representante da União, Sr. Jacques Adolphe Gastão Reydams e o suplente
10 Fábio André Brinkerhoff, representantes dos operadores municipais, Sr. Humberto Teixeira
11 Dalmilano, representante dos municípios e Sr. Rafael Volquind, representante da FEPAM.
12 Registra-se, que na ausência do Secretário Executivo do Conselho, o Sr. Pedro Antonio Dall
13 Acqua (SEHABS) assumiu esta função. Ainda, é registrada a presença do Sr. Mozar Artur
14 Dietrich, na qualidade de porta voz da ASSEMAE. Por fim, na qualidade de assistentes,
15 registradas as presenças do Sr. Rafael Newton Zaneti (SEHABS) e Sra. Ana Cristina Silva da
16 Silveira. A reunião foi aberta pelo Presidente do conselho, Sr. Marcel Martins Frison, que
17 agradeceu a presença de todos e passou à pauta do dia: I – Informes e comunicações, II –
18 Aprovação da Ata da reunião do dia 27/02/2013; III – Apresentação do Sistema de Informações
19 Gerenciais em Saneamento - SIGS; IV – Discussão sobre a criação do Fundo Estadual de
20 Saneamento Básico; V – Criação de Câmara Técnica para acompanhamento do Plano Estadual
21 de Saneamento Básico. I – Informes e comunicações – O Secretário executivo em exercício faz
22 um breve relato das visitas aos principais operadores municipais de saneamento no estado –
23 COMUSA, SEMAE, DMAE, SANEP, DAE Sant’Ana do Livramento, DAEB e SAMAE, visitas que
24 foram pleiteadas pelo próprio Conselho e que tiveram a função de apresentar oficialmente a
25 proposta de criação do Fundo Estadual de Saneamento Básico. O Sr. Jacques Adolphe Gastão
26 Reydams, presidente da ASSEMAE, informa a entrega de documento elaborado pela
27 associação como resposta a proposta de criação do Fundo Estadual de Saneamento Básico. O
28 Sr. Gustavo Mello informa que a FUNASA entregou 44 RTP’s a CORSAN, sendo que 15 destes
29 não têm serviços municipais e nestes a FUNASA esta trabalhando com os municípios. Ainda, o
30 Sr. Gustavo Mello comenta que começam a ocorrer problemas com relação às obras de esgoto
31 (redes e ETE’s) executadas e que não recebem ligação – A FUNASA sofreu o acórdão 198 do
32 TCU que indica que os valores repassados aos municípios devem ser glosados caso as ligações
33 não ocorram. O Secretário Executivo em exercício informa que o Plano Estadual de
34 Saneamento Básico deverá estar sendo licitado em 10 dias e o possível início dos trabalhos em
35 60 dias. Quanto ao tema das ligações de esgoto, o Presidente do Conselho comenta de

36 conversas pessoais e públicas com Promotoria Pública do Estado e AGERGS, entidades as quais
37 são unânimes na posição de que as ligações serão exigidas dos usuários. A AGERGS deve
38 liberar, por parte dos operadores, a cobrança pelo serviço de esgoto para ligações potenciais,
39 mesmo sem a efetividade da ligação, uma vez que o entendimento é de que a cobrança é pela
40 disponibilidade do serviço. Ainda, o Presidente comenta que os contratos novos junto à união
41 contemplam o custo da ligação. O Sr. Gustavo Mello volta ao tema e comenta que os Planos
42 Municipais de Saneamento podem trazer a obrigatoriedade da ligação. Fica indicado o tema
43 “ligações de esgoto” para a próxima reunião, com participação da AGERGS e Ministério Público
44 Estadual. Neste tema de ligações de esgoto foi dado destaque ainda a questão dos
45 Quilombolas. II – Aprovação da Ata da reunião do dia 27/02/2013 – A ata foi aprovada por
46 unanimidade. III - O Presidente do Conselho inverte a pauta e o tema “criação do Fundo
47 Estadual de Saneamento Básico” é discutido – O Sr. Mozar Artur Dietrich fala em nome da
48 ASSEMAE. A fala é no sentido de não aceitação da proposta inicial de criação do Fundo, uma
49 vez que os operadores municipais têm dificuldade em universalizar seus próprios serviços,
50 principalmente de esgotamento sanitário, e, por isso, buscam recursos, inclusive onerosos,
51 junto a união. Faz-se uma referencia pontual ao uso de recursos das tarifas dos serviços para
52 contribuição ao Fundo: estas têm função de garantir os serviços do ponto de vista operacional
53 e de expansão. Comenta ainda que a busca seja pela menor tarifa possível, a fim de atender o
54 princípio da modicidade. A dificuldade de pagamento dos serviços é exemplificada com
55 referência a questão das ligações de esgoto, tema discutido previamente na reunião.
56 Continuando, comenta que a ASSEMAE entende a necessidade do Fundo e que não se furta ao
57 debate (no documento entregue são feitas sugestões de mecanismos), uma vez que algumas
58 bacias hidrográficas do estado (a exemplo do Rio dos Sinos) enfrentam graves problemas e o
59 Fundo pode auxiliar, financiando o saneamento em municípios menores. Utiliza ainda dois
60 argumentos para a posição contrária da associação frente à proposta inicial de criação do
61 fundo : i. baixa arrecadação a ser atingida com a taxação de 1% dos serviços, que totalizaria R\$
62 20milhões, valor baixo frente as necessidades em obras de saneamento e ii.
63 Inconstitucionalidade, uma vez que fere o pacto federativo no que diz respeito a autonomia
64 dos municípios. Por fim, o Sr. Mozart Artur Dietrich pleiteia maior representatividade da
65 ASSEMAE no CONESAN. O Sr. Clóvis Galery representando o Secretário de Estado da Saúde
66 pergunta: A posição da ASSEMAE seria alterada caso todos os quesitos legais
67 (inconstitucionalidade, etc.) da proposta de criação do Fundo fossem superados? O Sr. Mozart
68 Artur Dietrich responde que não. O Sr. Jacques Adolphe Gastão Reydams reitera que o Fundo
69 estaria arrecadando valores que seriam utilizados pelos operadores para universalização dos
70 serviços nas suas áreas de atuação. O Presidente do Conselho pede a palavra e pondera:
71 “entendo que a ASSEMAE deveria ser a maior interessada no Fundo, pois a CORSAN será a
72 maior contribuinte deste. O fundo viria para auxiliar principalmente na gestão do saneamento.
73 O valor deve ser repassado a tarifa”. O Sr. Jacques Adolphe Gastão Reydams pontua que uma
74 preocupação da ASSEMAE é quanto à representatividade no CONESAN da
75 sociedade/instituições do setor de saneamento. Isso por que as decisões quanto às aplicações
76 dos recursos devem ter cunho técnico e não político. O Sr. Gustavo Mello pede a palavra e
77 comenta que no seu entendimento o Fundo é fundamentalmente constitucional, uma vez que
78 reforça o mecanismo de cooperação no setor de saneamento, mecanismo este citado
79 explicitamente na Política Nacional de Saneamento – Lei 11.445/2007. Mello reitera a
80 importância do Fundo para os pequenos municípios, os quais têm como uma das principais

81 carências capacidade técnica. Independentemente dos argumentos em contrário, O Sr. Mozar
82 Artur Dietrich mantém posição quanto a aceitação, por parte da ASSEMAE, à proposta de
83 formação do Fundo – “Somos contra, qualquer que seja a porcentagem aplicada”. O
84 presidente do Conselho faz um contraponto final: “O Fundo será uma política de estado, não
85 de governo - a sociedade deve bancar”. Seguiram-se sugestões quanto a possíveis formas de
86 reduzir custo. IV – Apresentação do Sistema de Informações Gerenciais em Saneamento -
87 SIGS – A Sra. Ana Cristina Silva da Silveira, representando a SEHABS, apresenta o SIGS. A Pauta
88 é considerada vencida com êxito. V- Criação de Câmara Técnica para acompanhamento do
89 Plano Estadual de Saneamento Básico – É apresentada a proposta de criação da Câmara
90 Técnica para Acompanhamento do Plano Estadual de Saneamento Básico. A proposta é aceita
91 por unanimidade e a pauta é considerada vencida. Como consideração final, em função do
92 discutido na 9ª reunião do CONESAN, no que diz respeito às interfaces entre os diferentes
93 Planos que estão em desenvolvimento no estado, é sugerido pelo Sr. Tiago Silva de Oliveira,
94 representante do Secretário de Estado das Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento
95 Urbano, que seja realizada apresentação do Plano de Irrigação de Usos Múltiplos da Água
96 (PIUMA/RS) na próxima reunião do Conselho. A agenda das próximas reuniões ficou assim
97 decida: mês de junho – 19/06 .O áudio com o conteúdo integral da reunião encontra-se
98 disponível na Secretaria Executiva do Conselho.

99 Marcel Martins Frison _____

100 Tiago Silva de Oliveira _____

101 Gustavo Mello _____

102 Clóvis Galery _____

103 Jacques Adolphe Gastão Reydamas _____

104 Silvio Paulo Klein _____

105 Eduardo Barbosa Carvalho _____

106 Humberto Teixeira Dalmilano _____

107 Fabio André Brinkerhoff _____

108 Rafael Volquind _____

109 Mozar Artur Dietrich _____

110